

ATA Nº 3 /2014

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2014

---Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alvaiázere, edifício dos Paços do Município, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os senhores membros eleitos: Álvaro Clemente Pinto Simões, José Tiago Guerreiro, Alzira Alves Ferreira da Silva, Carlos Arménio Furtado Santos Faria, Acílio Dias Godinho, António Simões Ribeiro, Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa, Maria Sofia Dias Ferreira Godinho Silva Santos, Manuel Joaquim Pereira Lourenço, Carlos Manuel Rosa da Graça, José Nunes Rosa, Fernanda da Conceição dos Santos Fernandes de Sousa, Manuel Gonçalves e ainda os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almoester, Alvaiázere, Maçãs de D. Maria, Pelmá e Pussos São Pedro. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Deputado José Alves Castelão, o qual apresentou a respetiva justificação tendo a mesma sido aceite pela Mesa e a sua falta justificada. -----

---- Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Tito Delgado Morgado, a Senhora Vice-Presidente, Célia Margarida Gomes Marques, a Senhora Vereadora Sílvia Rodrigues Lopes e a Senhora Vereadora Maria Teodora Cardo. -----

---Declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, este deu início à reunião começando por saudar os presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Deputados, jornalistas e todos os cidadãos presentes. Prosseguiu declarando: "Está aberta a Sessão Extraordinária da nossa Assembleia Municipal, com a finalidade única de nos juntarmos e meditarmos, sobre um passado, um passado histórico de Alvaiázere, a atribuição do foral novo de Alvaiázere pelo Rei D. Manuel I. Penso que é um dia histórico para concelho, não só para o concelho mas para outras freguesias que na mesma altura e no mesmo ano lhe foi atribuído o foral. Meus amigos antes de passar a palavra ao senhor Presidente, que queria felicitar em representação do executivo camarário, por ter lançado o repto na ultima sessão deste Órgão para convocar uma assembleia municipal para este fim, penso que não seria muito prestigiante, enquanto autarcas, não tomarmos uma posição em relação a este passado histórico de Alvaiázere, por isso senhor presidente penso que posso dizer em nome da assembleia municipal: os nossos parabéns por esta iniciativa. Aproveito, também para fazer aqui um apelo: hoje não vamos discutir nada relacionado com assuntos da câmara municipal, nem sequer relacionados com qualquer assunto desta autarquia, do seu dia a dia, pelo que eu

proponho, se fosse possível por unanimidade, e com a dignidade que este ato assume, que fossemos nós a ter a iniciativa de não cobrar a senha de presença. Não vamos tratar de assuntos do poder autárquico propriamente dito, mas sim lembrar o que se passou no concelho no passado. Penso que é uma posição que em nada e a ninguém vai prejudicar profundamente e ficava bonita para a posterioridade. Um dia, quando alguém ler as atas vai verificar que os autarcas de então, desinteressadamente, uniram-se numa assembleia municipal para falar sobre atribuição do Foral de Alvaiázere, não tendo comparecido por qualquer compensação ou por interesses monetários. Quem não concordar claro que tem direito a senha, pois nós não podemos obrigar ninguém a não receber a sua senha de presença. Por isso eu proponho e pergunto: alguém se opõe, que esta minha proposta não seja aprovada por unanimidade?" -----

----- A proposta de não recebimento de senha de presença apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa, foi aprovada por unanimidade, tendo os presentes assinalado a mesma com uma salva de palmas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, explanou que na presente sessão, para além de ir ser facultada a intervenção do Senhor presidente da Câmara Municipal e dos representantes dos diversos grupos municipais, se vai proceder ao descerrar de uma faixa comemorativa da efeméride e haverá ainda uma homenagem aos autarcas presentes. No final, terá lugar uma atuação do Grupo Coral Alva Canto. -----

---- PONTO 1 - QUINHENTOS ANOS DA ATRIBUIÇÃO DA CARTA DE FORAL, POR D. MANUEL I, A ALVAIÁZERE EM 15 DE MAIO DE 1514.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa passou, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que proferiu a seguinte intervenção: "Começo por me dirigir ao senhor presidente da assembleia municipal, cumprimentar e saudar todos os senhores deputados, as senhoras vereadoras aqui presentes, os senhores presidentes de junta e demais autarcas aqui presentes, todos os convidados e amigos assistentes, caros e caras cidadãos do nosso concelho. -

----- A palavra Foral tem como origem etimológica a expressão latina "fórum e espaço de discussão pública", "troca e debate de ideias" e por isso é totalmente adequado assinalarmos esta efeméride com a realização desta assembleia municipal, por maioria de razão, neste espaço institucional de debate por excelência. -----

----- Louvo por isso o senhor presidente da mesa desta assembleia municipal, Dr. Álvaro Pinto Simões, por ter acolhido com total recetividade e abertura o desafio, que em devido tempo lhe lancei, para a realização desta sessão solene verdadeiramente extraordinária. -----

----- Hoje é o dia em que celebramos Alvaiázere. -----

----- Os forais foram documentos reais, utilizados em Portugal entre os sec. XII e XVI com o propósito de firmar um concelho, povoar terras reconquistadas, de proteger o povo das arbitrariedades da aristocracia e do feudalismo reinante e regular a economia produtiva, conferindo privilégios e autonomia. -----

----- A carta de foral firmava por isso a independência da comunidade, estipulando a utilização coletiva dos recursos, garantido direitos e sobretudo também ditando deveres. D. Manuel I, o

Venturoso, ordenou as reformas principais dos forais, dos antigos forais para os novos forais, também denominados por manuelinos, os quais procuraram realizar uma uniformização e sistematização entre eles, dotando o país de uma relação jurídica e administrativa relativamente homogénea. No corrente ano celebra-se a efeméride dos 500 anos da atribuição dos Forais Manuelinos a Alvaiázere, outorgado a 15 de maio, de Pussos a 15 de junho e a Maçãs de D. Maria, que na altura se chamava Pereyro, a 12 de Novembro, todos do ano de 1514. -----

----- Passaram pois já cinco séculos sobre a renovação legal da nossa comunidade reafirmando-se a cada dia que passa, a necessidade premente de consolidar direitos e deveres, reconhecendo benefícios e obrigações, valorizando prosperidade e propriedade, vinculando costumes e tradições os quais estão na génese da nossa história civilizacional. -----

----- Hoje, neste dia 15 de Maio de 2014, volvidos 500 anos sobre a outorga do Foral Manuelino de Alvaiázere, encontramos-nos a viver uma conjuntura em que é necessário prosseguir reformas profundas no país, mas não deixa de ser prioritário exortar a autonomia administrativa do concelho de Alvaiázere, enquanto município com vincada identidade histórica, social e cultural e, enquanto alvaiazerenses, temos a pretensão, mas também o direito, de continuar a usufruir de serviços públicos de proximidade e o dever de dissipar as nuvens da ameaça constante de perda da autonomia administrativa e do exercício dos nossos direitos enquanto cidadãos. -----

----- Encontramo-nos no presente a celebrar cinco séculos de renovado poder administrativo em Alvaiázere, e simultaneamente quatro décadas de exercício administrativo autárquico democrático e, por isso, é um dever da sociedade em geral e de um modo muito especial dos autarcas representantes dos alvaiazerenses que foram escrutinados em eleições livre, continuar a tudo fazer para garantir o futuro de Alvaiázere enquanto concelho, enquanto comunidade viva. -----

----- Estamos recetivos à mudança de paradigma em matéria de modelo de organização governativa. Estamos, por isso, recetivos a que haja alterações no modelo de prestações de serviço, mas nunca que estes nos sejam retirados. -----

----- Afirmo aqui o que tenho afirmado noutros fóruns, o município de Alvaiázere tem-se assumido como um garante, como um suporte de todos os Alvaiazerenses. Assim, continuará a desenvolver a sua atividade, pautando-se por uma conduta de apoio aos cidadãos e às suas necessidades imediatas e futuras. Aliás, neste capítulo, fazendo um exercício de retrospectiva sobre os últimos 40 anos e analisando o percurso dos autarcas que assumiram funções desde as primeiras eleições autárquicas, permitam que afirme solenemente que, na minha opinião, a todos sem exceção, o nosso concelho tudo deve pela dedicação e mérito do seu trabalho, no ano em que se celebram os 40 anos de democracia em Portugal. -----

----- Num ano em que são celebrados 40 anos de democracia, exige-se uma reflexão crítica sobre as mais-valias que o escrutínio eleitoral livre imprimiram no desenvolvimento do concelho e na melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes. -----

----- Veja-se que há 40 anos atrás, a população pedia luz elétrica e água canalizada. Há quatro décadas, exigiam-se caminhos reparados, fontes e lavadouros cuidados. Hoje, quando se contam dez mandatos autárquicos legitimamente atribuídos pelo povo, assiste-se a uma completa mudança de paradigma, no que respeita às respostas a que o poder autárquico tem que dar.-----

----- A nossa condição humana tenta fazer-nos minimizar as dificuldades de outrora e leva-nos frequentemente a focalizarmo-nos nas necessidades hoje sentidas. Mas há que reconhecer o mérito do percurso trilhado pelos autarcas de Alvaiázere.-----

----- Mas hoje é também dia de olhar para o futuro. O poder local terá que se reajustar aos desafios que se anteveem. Os agentes autárquicos têm a responsabilidade de reajustar o seu discurso e o seu modelo de intervenção político, e recentrar as consequências das suas ações para uma esfera de atuação regional e nacional, o que implicará uma mudança na forma de agir.

----- A democracia aqui nos trouxe. Com os problemas de há quarenta anos já esquecidos, porque a maioria foram resolvidos, mas com desafios novos para o futuro. Mantem-se a certeza que o povo, e em particular os Alvaizerenses, através do exercício democrático do voto, continuarão a fazer cumprir os princípios de abril.-----

----- Viva Alvaiázere!"-----

----- Tomou, de seguida a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo convidado todos os presentes a assistir ao desfraldar da faixa comemorativa dos 500 anos da atribuição dos forais manuelinos.-----

----- Retomada a sessão, o senhor presidente da mesa informou que iria dar a palavra a um elemento de cada grupo municipal, tendo-a concedido em primeira instância ao senhor deputado Carlos Graça.-----

----- No uso da palavra, o senhor deputado Carlos Graça proferiu a seguinte intervenção:-----

----- "Cumprimento o senhor Presidente da assembleia, o senhor presidente da Câmara, os senhores vereadores, os senhores deputados municipais, senhores jornalistas, funcionários, senhores e senhoras.-----

----- Estamos hoje aqui reunidos numa seção solene para comemorar os 500 anos atribuição do Foral Manuelino a Alvaiázere e também lembrando que no mesmo ano foram atribuídos os Forais a Pussos e a Maçãs de D. Maria-----

----- O foral é uma carta pela qual se consagra a existência jurídica e administrativa de um concelho, geralmente é concedido por um Rei, embora por vezes os forais medievais fossem concedidos por um bispo ou muitas vezes por um nobre.-----

----- D. Manuel I, o nosso monarca de certo modo reformador, o grande monarca, o grande rei dos descobrimentos, pretendeu uniformizar e sistematizar a governação local. Os forais medievais não o asseguravam e após vinte anos de estudos elaborados por uma comissão por ele nomeada, reformula os antigos forais e manda publicar mais de 520 forais novos.-----

----- No contexto centralizador daquela época, lembrando que D. João III era muito centralizador, possibilitou uma certa autonomia às terras, que muitas nem foral possuíam, permitiram ao rei uma mais completa informação e controlo de tudo o que de importante nessas terras se passava, limitava sobretudo o excesso de poder detido por alguma nobreza do território nacional. -----

----- Por vezes os nobres chegavam com as suas comitivas a certas localidades, usando e abusando, o chamado direito de aposentadoria e assentavam arraiais, instalavam-se e exigiam alimentação e outras comodidades. Isto passou a ser controlável pelo poder autonómico que era dado às novas gentes desses territórios. -----

----- O espírito reformador de D. Manuel I também se afirmou na reforma dos pesos e medidas, moeda, legislação geral do reino e de regentes oficiais, originando as posteriormente chamadas e conhecidas ordenações manuelinas. -----

----- Este projeto reformista moderniza o reino e reforça o poder real, consistindo numa tentativa de integração legislativa, de estruturação da vida administrativa e judicial do território. Na vida económica surgiram novas regulamentações, nomeadamente estabelecendo disposições em matéria fiscal. -----

----- Feita esta sucinta história, impõe-se a pergunta se nestes tempos atuais é necessária uma nova versão modernizada das bases jurídica e administrativa dos concelhos, isto é um novo foral? -----

----- E neste ponto, com as alterações produzidas a nível das freguesias, são expectáveis alterações a nível municipal, desde logo começando pela adiada alteração à lei eleitoral, com uma questão, uma interrogação. Será que a atual lei autárquica precisa mesmo de ser mudada? Pessoalmente admito que sim. E muita gente admite que sim. Com o objetivo de facilitar a eficiência da gestão autárquica, possibilitando executivos mais fortes, atribuindo mais poderes e suporte técnico à função fiscalizadora das assembleias municipais. -----

----- Isto é, de facto, das questões de que mais se tem debatido, mas para as quais não há acordo até ao momento e o sistema mantém-se como está. Tornaria possível, em certos concelhos, a governação dos mesmos, pois esta é difícil quando os executivos não têm maioria e, não tendo maioria, estão permanentemente a ser bloqueados nas decisões no dia a dia das autarquias e isso dificulta não possibilita a eficiência e eficácia no poder local. -----

----- Igualmente, julgo que seria importante afirmar um poder local mais racionalizado a nível do território. Isto impõe, provavelmente, algumas definições de novos espaços municipais sem retirar a nomeação geográfica, transferir mais poder e mais recursos para as novas municipalidades. -----

----- Não se prespetivando, nem ter sido possível fazer a regionalização do continente, projecto que era formador e da qual eu pessoalmente estava de acordo (não com aquela regionalização que estava proposta e que nós votamos aqui em Alvaiázere maciçamente contra, porque era uma regionalização que retalhava o país em nove ou dez regiões, sem objetivos que não fosse criar algumas clientelas políticas locais, mas uma regionalização assente numa perspetiva das

regiões plano, das cinco regiões plano, que aliás vem sendo defendida como a forma de possibilitar a participação mais direta dos agentes locais dos eleitos locais, na gestão no seu próprio território). É preciso lembrar que a maioria dos fundos comunitários, dos grandes fundos comunitários, a nível das regiões é gerido pelas CCDR's e estes organismos não têm quadros de gestão eleitos, como são eleitos os presidentes de câmara, por voto popular, pelo que a legitimidade de gerir este tipo de infraestruturas fica diminuída face às legitimidades das próprias câmaras. Acabaria com conflitos e com alguns bloqueios. Eu acho que esses conflitos, esses bloqueios têm de ser ultrapassados. Acho que temos que refletir seriamente nesse assunto, e temos que pensar, como autarcas, em defender, como disse há pouco o senhor presidente da câmara e disse muito bem, em defender os interesses daqueles que vivem no nosso território, sobretudo quando há algumas ameaças no horizonte, relativamente a alterações de estruturas e de infraestruturas que existem no território e que vão desaparecer, vão afetar a vida das nossas populações.-----

----- Sou a favor de uma política de proximidade, e essa política de proximidade, descentralizada exige de fato que esses meios e infraestruturas, se mantenham no território diretamente ou através das autarquias, assumindo elas essa possibilidade. Estou a falar concretamente das finanças, da área da saúde e até inclusivamente dos tribunais, que tenho dúvidas que seja por razões puramente económicas que eles fechem, acho que era muito mais fácil, e digo com toda a frontalidade e sem receio nenhum, era mais fácil por os agentes de justiça, os magistrados e os juizes a circularem e não as pessoas. É uma questão que tem de ser debatida na perspetiva de uma verdadeira reforma que tem de ser feita. -----

----- Na perspetiva da implantação das novas associações entre das autarquias, governação e gestão do novo quadro de apoio, esperamos e desejamos que se reforce o poder local, que se passe das palavras de apoio a espaços de ações concretas, porque já estamos fartos de ouvir falar as administrações centrais que vão apoiar o mundo rural, e o mundo rural somos todos nós. Cada vez estamos mais abandonados, desertificados e é altura de aproveitar o próximo quadro comunitário, de pensar apoiar o mundo rural, e que todos se empenhem na resolução das questões mais prementes que os territórios de baixa densidade enfrentam. -----

----- No meu ponto de vista é preciso estancar a desertificação, criar espaços de ação económica, a fixação da população, principalmente a jovem, aumentar a natalidade, e assegurar o futuro destes territórios. -----

----- A tarefa árdua e o empenho conjunto da administração central e da administração local passa, também, pelo reforço do papel da economia e dos empreendedores. -----

----- A dinâmica, com empreendedorismo, com novas capacidades com uma ligação muito profunda que tem com a administração central, que detém muitas vezes a capacidade de decisão e os meios, e com a administração local é possível, para combatermos essa desertificação. Os nossos lugares vão morrendo, as freguesias vão desaparecendo, e não sei se em 2514 estará cá alguém para comemorar os mais 500 anos, o milénio do Foral Manuelino de Alvaiázere.-----

----- Não termino sem lembrar os milhares de cidadãos deste território que ao longo destes cinco séculos foi mudando e crescendo, afirmando um querer e uma vontade para o estímulo para Alvaiázere. -----

----- Nestes cinco séculos houve muitos homens bons e sublinho, homem bons, com apego à sua terra e sem pedir nada em troca. Criaram infraestruturas, instituições que muito nos honra e que em cada época histórica foram contribuindo para o engrandecimento de Alvaiázere. -----

----- O que o senhor presidente da assembleia fez no início desta sessão de abdicarmos da verba da senha de presença, era aquilo que na altura os ditos Homens bons fizeram. -----

----- Nós queixamo-nos que é complicado estarmos numa junta, temos um pequeno subsídio, ou numa assembleia, mas naquele tempo, há 80 ou 100 anos, havia muita gente que se dedicava ao bem público, que se dedicava a criar condições nas suas terras, a lutar por essas condições e que ainda punha do seu bolso, sacrificava do seu próprio dinheiro para bem das nossas terras, e nós sabemos que existe gente dessa em Alvaiázere. Assim se construíram associações, instituições como os bombeiros voluntários, o teatro, na área da cultura. As pessoas lutavam pela sua terra. Estou-me a lembrar, em Maçãs de Caminho, por exemplo, o pai da Dra. Teodora, que eu não conheci, mas ouvi várias referências, um homem que lutava e que se fosse preciso ir a Lisboa ia, e tudo isso era à custa da própria pessoa. O que nós aqui fizemos é o seguimento do que esses homens faziam sempre, e nós temos que honrar essa herança. -----

----- A nossa qualidade de vida é uma resultante do trabalho dos antepassados que, em muitos casos, asseguravam mais educação e cultura para o povo, mais cuidados na saúde, melhores meios transportes e ligações para o exterior, distribuição de energia e telecomunicações, águas públicas, enfim, muito do que hoje parece absolutamente adquirido, que hoje é um bem adquirido. Como disse o Senhor presidente e muito bem, hoje em dia não se põe a questão sobre ter ou não ter água canalizada. Hoje as pessoas põem-se a outro nível, emprego, infra-estruturas que criem condições para as pessoas se fixarem, põem-se ao nível da educação, da saúde de uma população idosa, que requer cuidados, em alguns casos a ser posta em causa e não são mais porque as autarquias têm desempenhando um papel fundamental. -----

----- Não devemos ter medo de dizer as palavras com toda a força que elas devem ter, se não fosse o poder autárquico, o poder local, estaríamos a viver nas nossas terras, nos nossos concelhos em situações muito complicadas. -----

----- Vamos continuar a querer mais e melhor e não tenham dúvidas que nos tempos da democracia, com as nossas lideranças empenhadas e dedicadas, como demostram todos os dias, Alvaiázere tem futuro e para o edificar todos estamos convocados. -----

Obrigado pela vossa atenção." -----

----- Seguidamente tomou a palavra o representante da bancada do PS, o Senhor Deputado Acílio Dias Godinho, que proferiu a seguinte intervenção: "começo por saudar o Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores jornalistas, Senhores convidados, meus senhores e minhas

senhoras. Celebramos hoje 5 séculos de outorga por D. Manuel I, “O Venturoso”, do foral de Alvaiázere em 15 de maio de 1514, e o fato de estarmos aqui nesta câmara representativa do poder local democrático, 40 anos após abril, atesta bem o significado que o município decidiu conferir-lhe, e que a efeméride merece. Os concelhos e o municipalismo têm sido temas suficientemente atrativos para historiadores de excelência, de que é exemplo Alexandre Herculano, bastando hoje em dia ir à internet para encontrar uma lista infindável de trabalhos, teses, monografias sobre as mais diversas localidades e as suas gentes. A atribuição de Foral a determinada terra ou concelho faz parte da matriz histórica dessa terra ou concelho, modelando e determinando à época, os deveres e as garantias das gentes sobre quem as administrava e nas suas relações interpessoais. Entre as matérias mais frequentemente tratadas nos forais encontramos, por exemplo, liberdades concedidas aos povoadores e garantias contra os seus bens e domicílios, disposições sobre matérias fiscais e impostos, normas sobre o serviço militar, multas pelo cumprimento de certos crimes, normas sobre a aplicação da justiça, regras sobre o uso de terrenos comuns, encargos e privilégios de cavaleiros e peões e meios para a conservação da paz nas povoações. Marcelo Caetano diz-nos que o Foral fixou os encargos ou obrigações que a coletividade fique atenta para com o concedente evitando o arbítrio ou abuso nas exigências, e garante direitos no geral sobre a forma de privilégios que tornem atraente a fixação na povoação considerada. Os Forais outorgados por D. Manuel I, também designados por Manuelinos ou Forais novos, sucederam e substituíram os anteriormente concedidos, por se acharem escritos em linguagem incompreensível, quer pela insegurança emergente do facto do seu teor inicial ter sido adulterado ou mesmo rasurado, a benefício dos respetivos doadores ou de quem o representava, o que motivou inúmeros protestos e reclamações dos administrados levados até às cortes de Coimbra de 1472, e aí, apresentadas ao Rei. E assim, por carta régia de 22 de novembro de 1497 D. Manuel I ordenou que todos os forais fossem reexaminados, tendo incumbido uma comissão de peritos de efetuar a revisão, o que veio a acontecer entre 1500 e 1520, entre eles se encontrando o de Alvaiázere, Pussos e Maças de Dona Maria, respetivamente, a 15 de maio, 15 de junho e 12 de novembro do ano de 1514. Com o advento do liberalismo foram promulgadas várias leis tendentes à supressão dos forais, até que a sua abolição veio a consumir-se pelo Decreto de 13 de agosto de 1832, confirmada pela carta de lei a 22 de junho de 1846, no âmbito da reforma legislativa e administrativa, encetada por Mouzinho da Silveira. Os Forais foram, por assim dizer, a primeira matriz dos direitos e deveres dos povos de determinada povoação ou concelho, permitindo-lhes uma maior tranquilidade e segurança de vida. De então para cá, e 5 séculos depois, foram muitas e variadas as reformas e alterações administrativas por que passaram os municípios nas suas relações com o poder central, ora mais centralizadas, ora mais descentralizadas e na administração dos interesses locais das respetivas populações. Com a revolução de abril e a instauração da democracia, foi constitucionalmente reconhecida a autonomia administrativa, patrimonial e financeira das autarquias locais, freguesias, municípios, regiões administrativas e regiões autónomas passaram a integrar a organização democrática do Estado. Graças à ação de muitos dos novos autarcas,

os municípios mobilizaram as populações, reuniram mais e decidiram problemas que se arrastavam há décadas, tendo muitas das competências do Estado Central sido transferidas para as autarquias locais, o que veio a revelar-se positivo. Dir-se-ia até que, inicialmente, enquanto o governo central se desgastava e enfraquecia, nas lutas interpartidárias raramente completando as legislaturas, o poder local prestigiava-se e credibilizava-se para benefício das comunidades locais. Mas há medida que muitos autarcas se foram instalando e perpetuando no poder e que os partidos políticos se revelaram incapazes de o renovar, também à sua volta se foram criando anéis das mais variadas clientelas e teias de interesses deles dependentes e, salvo muitas e honrosas exceções, o desnorte começou também a campear na gestão de muitos municípios. São sobejamente conhecidos, casos de desordem urbanística, licenciamentos de duvidosa licitude e sem planeamento sustentado, destruição do património natural, paisagístico e ambiental, infraestruturas betumais de duvidosa prioridade ou utilidade, investimentos insustentáveis, gastos sumptuários de dinheiros em ações e campanhas de marketing promocional, tudo isto em detrimento do bem-estar e da qualidade de vida das populações, em muitos casos, pode até dizer-se que se assistiu ao retorno de um certo neo-caciquismo, não se coibindo alguns autarcas de usar os dinheiros públicos dos orçamentos camarários, para distribuir cargos pelos amigos e apoiantes, subsidiar órgãos de comunicação social ou tentar controlar a imprensa local através de colocação ou não, de publicidade nas suas páginas, para já não falar dos casos de corrupção, tráfico de influências e favorecimento partidário eleitoralista vindos a público. Em Alvaiázere, 500 anos após o Foral Manuelino e 40 anos depois de abril, impõe-se questionar como está e vive hoje a comunidade Alvaiazerense, incomparavelmente melhor, é certo, e são notórios os progressos sociais ocorridos ao nível da educação, desporto e cultura, nomeadamente, mas no íntimo de cada munícipe será o seu nível de satisfação correspondente ao que emerge do slogan oficial municipal "Sorte em Viver Aqui"? Deixo a resposta ao foro íntimo de cada um, mas viver em democracia e escolher os seus representantes só por si, não basta, para que os representados se sintam plenamente satisfeitos e realizados. É preciso que a gestão municipal sirva equitativamente com isenção, imparcialidade e oportunidade os interesses coletivos dos administrados em todo o espaço territorial concelhio, é preciso ir além da urbe e chegar até ao termo do povoado, é preciso explicar, justificar as opções e ouvir os munícipes, as suas associações, os seus empresários, é preciso promover o diálogo e o debate de ideias, para abrir horizontes e não gerar asfixia, é preciso em suma ir além dos mínimos democráticos decorrentes do normal funcionamento das instituições, e chegar amiúde às pessoas, devolvendo-lhes a esperança, mobilizando-as e empenhando-as na construção de uma sociedade partilhada, para que, então todos nós alvaiazerenses sintamos orgulho em viver aqui. Viva Alvaiázere, viva Portugal." -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, referindo que seria então oportuno fazer a entrega dos diplomas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que o Município preparou de forma muito simples, singela, simbólica e económica, uma pequena lembrança para marcar de

alguma forma esta data, esta efeméride, que é a comemoração dos 500 anos do Foral: "Trata-se de um simples marcador de livros, que fizemos questão de distribuir hoje à comunidade educativa, aos alunos e aos professores e agora também aos Senhores Deputados. Vai ser também distribuído a todos os senhores autarcas aqui presentes, que constituíram os órgãos executivos e da assembleia, como forma de reconhecimento público, do mérito, do esforço e da dedicação à causa pública ao longo de todos estes tempos que desenvolvem a sua atividade enquanto agentes políticos da nossa comunidade, um envelope lacrado, que tem no seu interior um certificado alusivo a estes 500 anos do foral e aos 40 anos decorridos desde o 25 de abril democrático e ao contributo que cada um de vós ao longo destes anos tem prestado à democracia em Alvaiázere. Queria aqui também dar uma palavra de agradecimento aos meus colegas do executivo e também, de uma forma muito especial aos elementos do gabinete de apoio ao executivo, Sandrina, Dr. João e Eng.º Manuel, pela colaboração que prestaram ao executivo na execução desta simbólica, singela e nobre homenagem, neste momento de comemoração e de celebração." -----

----- De seguida passou-se à entrega dos certificados, chamando um a um os autarcas presentes nesta Assembleia Municipal. -----

----- Prosseguiu o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referindo que: "estamos perante uma singela homenagem àqueles que, como mencionei há pouco, têm desempenhado funções autárquicas em prol do desenvolvimento da nossa terra e das nossas gentes. Hoje demos início a este período comemorativo e de reconhecimento simbólico desse esforço de cada um de vós aqui presentes, aos membros do executivo, aos membros da assembleia em funções e quero também dizer-vos que já temos feitos, preparados e assinados por mim, centenas de outros certificados semelhantes para entregar, no fim de semana de 13 e 14 de setembro próximo, a cerca de cinco centenas de cidadãos, de mulheres e homens do nosso concelho ou seus familiares, que durante estes 40 anos exerceram funções com grande esforço, grande dignidade por todo o nosso concelho, sejam elas em sede de assembleia municipal, em sede de executivo municipal ou em sede de junta ou assembleia de freguesia. Todos sem exceção têm um certificado semelhante. Este ato envolve um esforço enorme de contactos com cerca de cinco centenas de pessoas, seus descendentes ou representantes, o que irá acontecer seguramente de forma faseada, nos dias 13 e 14 de setembro, pois é o mínimo de respeito que nos assiste no presente, como forma simbólica de agradecer e de reconhecer todos quantos ao longo destes 40 anos trabalharam no concelho de Alvaiázere e por Alvaiázere. Mais uma vez, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria agradecer-lhe do fundo do coração ter-se prestado a convocar esta Assembleia extraordinária e a permitir a todos nós esta cerimónia de grande respeito e responsabilidade. Muito obrigado. Bem-haja para si e para a mesa." -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, referiu que lhe compete como presidente da Assembleia Municipal, dizer algo para encerrar esta cerimónia: "Queria começar por felicitar a Câmara Municipal por esta belíssima iniciativa, pois recordar um dia aqueles que se preocuparam com a nossa terra, que um dia resolveram dar a conhecer Alvaiázere por esse

mundo fora, penso que é uma atitude digna, uma atitude que merece realce. Nós aqui presentes hoje, recordámos alguém que um dia decidiu atribuir um Foral a Alvaiázere. Eu recordo-me que D. João I tem o seu nome numa rua em Alvaiázere, D. Sancho I “O Povoador”, que povoou as terras em Alvaiázere, também tem o seu nome numa rua em Alvaiázere e D. Manuel I também. Já os nossos autarcas anteriores se lembraram daqueles que um dia não esqueceram Alvaiázere, por isso, para eles nós temos que ter um gesto de amizade, de recordação pelo passado histórico que eles nos fizeram recordar aqui neste auditório. Meus amigos, para mim Portugal vive uma data histórica, faz 40 anos que o 25 de abril aconteceu, ao contrário do que muitos pensam e muitos dizem, para mim trouxe mais benefícios do que coisas más, trouxe duas coisas essenciais: a democracia e a liberdade; porque se não fosse o 25 de abril não estávamos aqui hoje, se não fosse o 25 de abril nós continuávamos a viver em ditadura, se não fosse o 25 de abril nós não tínhamos sido escolhidos democraticamente pelo povo do concelho e isso só aconteceu graças a uma série de militares que quiseram dar o poder ao povo, em detrimento de uma ditadura. E a liberdade, meus amigos, o poder dizer o que nos apetecer em qualquer local, em dizermos e demonstrarmos coisas que não podíamos fazer na altura, dizermos coisas que queríamos chamar à atenção e não o podíamos fazer, caso contrário vinha a PIDE que tomava logo atitudes, por isso dizermos que hoje vivemos pior que no passado é pura ignorância. Eu fui 20 anos presidente da Câmara de Alvaiázere, sempre eleito democraticamente pelo povo, e isso acontece e em todos os lados, porque a democracia é maravilhosa, é uma coisa que nos dá um gosto e uma satisfação enorme, e digo-vos mais, tenho um orgulho extraordinário em ser um Alvaiazerense e tenho um orgulho extraordinário de hoje estar aqui a celebrar a atribuição de três forais, o de Alvaiázere, o de Maçãs de Dona Maria, a minha querida terra, e o de Pussos. Como disse o Senhor Presidente da Câmara, primeiro, Maçãs de Dona Maria, antes de ser Maçãs de Dona Maria, era conhecida como Pereyro. Foi no tempo de Maria Pais Ribeiro, que deixou de ser Pereyro, esta senhora, era bonita e ilustre, que teve uma “paixoneta” grande por D. Sancho I, que tinha dez filhos, dos quais seis diziam que eram do próprio Rei. Não sei se por isso lhe atribuíram uma grande quinta em Maçãs de Dona Maria, que ia desde Almofala até à Ribeira de Mazanas, na Ribeira Velha, e ao contrário do que muita gente diz, a Ribeirinha não viveu em Maçãs de Dona Maria. Ela ia lá periodicamente buscar os rendimentos das terras para levar para o reino. Vou aqui dizer-lhes uma quadra, que o Dr. Alfredo publicou, de um poeta anónimo de Maçãs que demonstra cabalmente, que a Ribeirinha não vivia em Maçãs de Dona Maria, que dizia assim: “Estás cá, linda Ribeirinha, na tua quinta formosa, Pereyro onde és Rainha, e és a flor mais viçosa”. Portanto, Maçãs de Dona Maria, deixou de ser sede de concelho, passados alguns anos de atribuição do Foral, e foi integrada no concelho de Figueiró dos Vinhos, e por isso e muito bem, aqui há pouco o Senhor Deputado Carlos Graça dizia que daqui a 500 anos não sabemos o que vai acontecer com os concelhos e com as populações, mas também não podemos esquecer uma coisa, isso não acontece só agora, porque por volta de mil oitocentos e noventa e tal, o concelho de Alvaiázere foi extinto e foi integrado conjuntamente com Maçãs de Dona Maria,

como freguesias do concelho de Ansião e só mais tarde houve a reestruturação em que, Maçãs de Dona Maria e Alvaiázere formaram novamente o concelho de Alvaiázere, portanto, tudo isto tem um passado histórico. Meus amigos, não me vou alongar mais, só quero dizer mais uma coisa, para mim um agradecimento profundo aos Senhores Deputados, por terem vindo a este auditório, por terem acedido à minha proposta inicial de prescindirmos das senhas de presença, o que só demonstra que não estamos aqui pelo dinheiro, mas democraticamente representar aqueles que nos elegeram nas últimas eleições e vimos aqui também para fazer o que de melhor somos capazes, para representar a nossa terra Alvaiázere. Obrigado a todos, um grande abraço.”-----

----- Após a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, os presentes assistiram à atuação do coral Alva Canto, que interpretou peças do século XVI. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, pelas dezanove horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, _____, 1º Secretário redigi e também assino. -----